

III SEMANA DO CONHECIMENTO

Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

**QUEM É O FILÓSOFO E POR QUE ELE DEVERIA GOVERNAR O ESTADO IDEAL DESCRITO
NA REPÚBLICA DE PLATÃO?**

AUTOR PRINCIPAL: Fernando Dala Santa

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Dr. Angelo Vitório Cenci

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

Quando nos referimos à exigência platônica de que os filósofos fossem conduzidos ao poder sob pena de nunca cessarem os males da Cidade, é necessário termos em mente que Platão não está “legislando em benefícios dos seus” ao propor restrições para o acesso aos cargos dirigentes. Para Platão o poder não se revela uma prerrogativa intrinsecamente útil, mas uma imposição àqueles que fossem naturalmente propensos e criteriosamente preparados para exercê-lo. A ideia de um governo filosófico visa, portanto, estabelecer um modo de efetivação da verdadeira justiça no seio da *polis*, alcançado somente quando a sabedoria fosse o critério máximo de escolha dos governantes. Portanto, somente através da filosofia seria possível a um homem desenvolver todas as características exigidas para uma governança perfeita. Por essa razão é que apenas os mais sábios, aptos a perceber a realidade inteligível e aplicá-la na sua ação prática deveriam administrar um Estado cujo mote fosse a justiça

DESENVOLVIMENTO:

Platão estabelece como condição de possibilidade para efetivação de algo próximo ao Estado perfeito descrito na *República* a ideia de que os governantes deveriam ser genuínos filósofos (473c-d). Por filósofo Platão entendia aquele que não se deixava levar pela multiplicidade das impressões sensíveis, conseguindo apreender a essência dos fenômenos. Nessa perspectiva, os filósofos estariam aptos a discernir as Ideias em si mesmas, o belo em si, por exemplo, enquanto o comum dos homens era capaz de perceber tão somente algumas manifestações do belo, dissolvidas na multiplicidade das suas possíveis aparições. Platão assevera que por se dedicarem apaixonadamente ao saber que é imutável e incorruptível, não se atendo às partes,

III SEMANA DO CONHECIMENTO

3 a 7 DE OUTUBRO
2016

mas à totalidade, os filósofos seriam avessos à mentira, moderados no que se refere aos prazeres, corajosos, porém, amáveis e capazes de guardar na memória aquilo que aprendiam sem dificuldades (485b-486d). Indubitavelmente a posse de todas essas qualidades faria dos filósofos os verdadeiros homens de Estado, moralmente aptos à governança e engajados em uma luta constante em favor do bem e felicidade comuns.

A argumentação empreendida na *República* demonstra os diferentes graus de realidade e a maneira como o intelecto humano se comporta diante deles mediante as imagens do Sol e da Linha Dividida, encontradas no final do Livro VI, e da Alegoria da Caverna, que abre o Livro VII, sem nunca marginalizar a preocupação com as questões ético-políticas e educacionais. Por conseguinte, a proposta de um governo filosófico, ou seja, que se ampara na verdadeira sabedoria, será legitimada a partir de um primado que é ao mesmo tempo ontológico e epistemológico, permitindo vislumbrar de modo sinótico todos os aspectos do Estado que Platão se esforça por delimitar. Fica evidente a preocupação político-educacional presente na filosofia platônica e a indelével relação entre justiça, educação e a edificação da Cidade ideal. O modelo educacional que forjaria o guardião-filósofo deveria livrá-lo da escuridão dos sentidos, fazendo com que galgasse o íngreme acíve que conduz à plena luminosidade do Bem.

A escalada epistêmica que garantiria o acesso ao conhecimento verdadeiro teria indeclinavelmente que vencer as percepções mais arraigadas aos sentidos, passando pela purificação do intelecto através do raciocínio matemático até o encontro com a sublime percepção do mundo das Ideias, possível apenas através da dialética. Nesses termos, é o conhecimento do sumo Bem que fundamenta a ideia de um governo pautado na Razão. A contemplação da Ideia do Bem, conhecimento posto como condição imprescindível para a prática das virtudes inerentes aos indivíduos e ao Estado, estaria colocada como o fim último de toda a atividade filosófica. A imperiosa associação entre política e filosofia pressupõe, portanto, um duplo movimento: a elevação da alma à contemplação do Ser absoluto, e a posterior aplicação dos princípios ideais no trato das questões humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O verdadeiro filósofo seria, portanto, aquele capaz de discernir a perenidade das Formas na caótica efervescência da realidade sensível e graças a essa percepção governar a Cidade com sabedoria e justiça, na medida em que se mostraria capaz de desenvolver simultaneamente, e da melhor maneira possível, as atividades político-pedagógicas em sua dimensão prática e a busca teórica pela verdade.

REFERÊNCIAS

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLATÓN. *Diálogos IV: República*. Madrid: Editorial Gredos, 1988.

Universidade e comunidade
em transformação

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da
aprovação

III SEMANA DO CONHECIMENTO

3 a 7 DE OUTUBRO
DE 2016